

A Base Nacional Comum Curricular discursivizada em/nas redes: um embate de sentidos e sujeitos

The discourse on the Common National Curriculum Base in networks: a clash of meanings and subjects

Aline Maria dos Santos PEREIRA*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Gerenice Ribeiro de Oliveira CORTES**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos de sentidos produzidos no discurso sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inscrito em materialidades digitais. O estudo tem por base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de filiação pecheuxiana e toma o ciberespaço em sua opacidade, como objeto discursivo, afetado pela ideologia e pela historicidade. O corpus foi constituído por três materialidades discursivas: dois fragmentos da BNCC; e um print com seis comentários sobre um vídeo que apresenta esse documento. Os resultados apontam que a BNCC discursiviza os discentes com efeitos de sentido de homogeneização social e cultural; sob o efeito da transparência da linguagem, produz sentidos de igualdade de direito; todavia, o discurso silencia as condições de funcionamento das escolas e as desigualdades sociais. Já o discurso inscrito na seção de comentários digitais, acerca da postagem sobre a BNCC, materializa sentidos de contestação e resistência ao discurso da BNCC.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Redes midiáticas digitais. Sentido e Sujeito. Silenciamento.

ABSTRACT: This article aims to analyze the effects of meanings produced in the discourse on the Brazilian Common National Curriculum Base (BNCC in Portuguese) registered in digital materialities. The study is based on the theoretical assumptions of Pêcheux's Discourse Analysis and takes cyberspace in its opacity, as a discursive object, affected by ideology and historicity. The corpus consisted of three discursive materialities: two fragments from the BNCC; and a print with six comments on a video presenting this document. The results indicate that the BNCC discourse on students has meaning effects of social and cultural homogenization; under the effect of the transparency of language, it produces meanings of equality of rights;

*

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGLin/UESB) e Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: alinemaria.uesb@gmail.com

**

Doutora em Letras/Linguística pela UFPE. Docente do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL e do Programa de Pós-graduação em Linguística - PPGLin/UESB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – GPADIS. E-mail: cortesgr@gmail.com

however, the discourse silences the working conditions of schools and social inequalities. On the other hand, the discourse registered in the digital comments section, on the post about the BNCC, materializes meanings of contestation and resistance to the BNCC discourse.

KEYWORDS: BNCC. Digital media networks. Meaning and Subject. Silencing.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada nos anos de 2017¹ (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio), de acordo com a seção de introdução do próprio documento, apresenta um caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os alunos durante o percurso na educação básica.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP, nº 2, de 22 de dezembro de 2017, as unidades escolares devem realizar as adequações do currículo à BNCC, no máximo, até o ano vigente (2020). Além disso, no art. 16, há a afirmação de que “em relação à Educação Básica, as matrizes de referência das avaliações e dos exames, em larga escala, devem ser alinhadas à BNCC, no prazo de 1 (um) ano a partir da sua publicação”.

O documento, além de materializar discursividades pedagógicas, sofre atravessamentos do discurso jurídico, por seu caráter normativo, e assim, vem ganhando grande repercussão nas mídias digitais.

Dessa forma, temos como objetivo analisar os efeitos de sentidos produzidos no discurso sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inscrito em materialidades digitais. O estudo tem por base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de filiação pecheuxtiana. Além disso, mobilizamos aparatos teóricos do âmbito do discurso pedagógico, como também do discurso no âmbito digital.

¹A discussão inicial sobre a necessidade de elaboração desse documento foi iniciada em março de 2010 na Conferência Nacional de Educação (CONAE); nesse mesmo evento, em 2014, essa discussão foi retomada e em junho de 2015 aconteceu o primeiro Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC. Em dezembro deste mesmo ano, a primeira versão é disponibilizada para discussão nas escolas brasileiras; em 2016 a segunda versão é apresentada; e em 2017 a versão final, para as etapas de educação infantil e ensino fundamental, é homologada. A versão da BNCC para o Ensino Médio foi discutida no decorrer do ano de 2018 e homologada em dezembro do referido ano. Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>

O *corpus* foi constituído por três materialidades discursivas, quais sejam: dois fragmentos da BNCC, publicada no site do MEC, e uma materialidade constituída por um *print* de seis comentários, postados no Youtube², sobre um vídeo que aborda as competências da BNCC. Tal escolha foi guiada pela regularidade discursiva; a qual, de acordo com Fernandes e Vinhas (2019, p. 143 e 144) refere-se à repetibilidade de sentidos e de discursos, à circularidade; os processos regulares “são aqueles que tomam ‘certa direção’, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação conforme o interdiscurso.”; os sentidos, nessa perspectiva, são mobilizados e constituídos a partir de regularidades, de processos de reprodução; bem como, de transformação, de movência.

As materialidades digitais, nesse contexto, são pensadas discursivamente, articuladas “às condições de produção que ultrapassam o processo linguístico e pragmático da textualização e convocam a exterioridade, mobilizam os sujeitos históricos, inscritos em um contexto também histórico.” (CORTES, 2015, p.33). Diante do exposto, o ciberespaço e as materialidades digitais são tomadas em sua opacidade, como objeto discursivo, afetado pela ideologia e pela historicidade; ou seja, os dizeres que circulam no espaço virtual são afetados pelos já-ditos do interdiscurso e, por conseguinte, as redes digitais são também redes discursivas que funcionam sob tensões e embates ideológicos.

1 Análise do Discurso: algumas considerações

A Análise do Discurso (AD) visa compreender a língua na perspectiva de um trabalho simbólico, a língua fazendo sentido, imbricada ao meio social e constitutiva, portanto, do homem e da sua história. (ORLANDI, 2012). Nessa direção, a AD não trabalha com a língua fechada em si mesma, como um objeto autônomo, mas sim, atravessada pela exterioridade e tem como objeto de estudo o discurso.

De acordo com Leandro Ferreira (2003, p. 193), o discurso é entendido como um processo social, cuja materialidade é linguística; “é através do discurso que se vai

² Plataforma de compartilhamento de vídeos, criada em 2005, que funciona a partir da criação de canais e apresenta ferramentas para interação entre os usuários, como por exemplo, um espaço destinado para comentários.

compreender como um material produz sentidos e como o sujeito se constitui.” A autora preconiza ainda que o discurso se apresenta como objeto teórico, longe do compromisso com a evidência empírica; e cabe, desse modo, ao analista do discurso desvendar indícios de rupturas que são estabelecidos por ele.

Considerando essa perspectiva de rompimento com as evidências, o sentido não é invariável, individual, não está na literalidade dos significantes; ele está imbricado pela historicidade; logo, não é natural, transparente, mas sim atravessado pela contradição e espessura; pois,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe ‘em si mesmo’ (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, isto é, reproduzidas.” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Os sentidos são constituídos no jogo de relações com a ideologia e sofre determinações históricas. Pêcheux (1995) afirma que o conceito de ideologia possibilita pensar o homem como animal ideológico; ou seja, a ideologia é constituinte de sua natureza; pois ela interpela os indivíduos em sujeitos; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Esse processo de interpelação ocorre “pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) e [...] os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.” (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

A formação discursiva (FD), nessa trama, refere-se a aquilo que em uma formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma determinada posição e conjuntura, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (PÊCHEUX, 1995). Em outras palavras, “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 1988, *apud* INDURSKY, 2008, p. 11)

De acordo com Indursky (2008) essa relação entre sujeito e formação discursiva é que possibilita a concepção do sujeito enquanto um funcionamento discursivo, pois o sujeito para a AD “é pensado discursivamente como uma posição entre outras. Não há, então, uma forma de subjetividade, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz.” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 192).

Essa relação do sujeito com uma determinada formação discursiva não se dá de forma homogênea e na perspectiva de uma adesão fixa; visto que o sujeito não é totalmente livre e nem totalmente assujeitado, e as formações discursivas não são homogêneas. De acordo com Cazarin (2005)

a prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, adere à formação discursiva em que está inscrito; entretanto, dentro desta, apesar de ela ‘determinar o que pode e deve ser dito, há, ou pode haver, efeitos de contradição’ [...]. A maneira como a posição-sujeito se relaciona com a forma sujeito revela a não homogeneidade da formação discursiva e, conseqüentemente, do discurso.” (CAZARIN, 2005, p.3).

Essa adesão e os efeitos de contradição relacionados à determinada FD ocorrem a partir de processos de identificação, contra-identificação e desidentificação. Segundo Pêcheux (1995), a identificação implica em uma adesão do sujeito com os dizeres de uma FD, nesse processo, ele é visto como um “bom-sujeito”; a contra-identificação, por sua vez, gera tensão, questionamentos e dúvidas no interior de uma determinada FD; assim,

o efeito-sujeito, que produz o efeito de bom sujeito na primeira modalidade de tomada de posição, cede lugar ao mau sujeito, aquele que se identifica, mas com reservas, com distanciamento, com questionamento, com dúvidas.” (INDURSKY, 2008, p. 13).”

O sujeito, dessa maneira, é desdobrado, dividido em relação a si mesmo, heterogêneo e disperso em relação aos saberes de uma determinada formação discursiva em que se inscreve. De acordo com a autora, esse processo de contra-identificação permite questionar a concepção de formação discursiva como algo fechado, homogêneo; a mesma pode ser vista com “fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outra FD nela penetrem, aí introduzindo o diferente e/ou o divergente”. (INDURSKY, 2008, p. 14)

Além da contra-identificação, desse espaço de dúvida e questionamentos; pode haver uma ruptura da forma-sujeito com uma determinada FD, nesse caso, há o mecanismo de desidentificação, que “implica não mais estar identificado com uma determinada formação discursiva porque, de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com uma outra formação discursiva.” (INDURSKY, 2008, p. 15)

Esses três processos mostram, conforme mencionamos acima, que há uma movência nos dizeres e nos sentidos e que o sujeito, nesse cenário, através da relação entre ideologia e inconsciente transita por diferentes formações discursivas. Esses processos só são possíveis considerando que a língua é intrincada à historicidade; pois nas palavras de Pêcheux (1990),

é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.” (PÊCHEUX, 1990, p.55).

Há, nesse sentido, uma relação entre filiações históricas e memória, as quais atravessam, de forma inconsciente, a tomada de posição do sujeito e os discursos proferidos por ele. Essa memória, de acordo com Courtine (2009, p. 105-106), refere-se “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos.” Nessa direção, retomamos a Pêcheux (1995) quando ele afirma que todo dito refere-se a já-ditos; há, em vista disso, uma relação entre a memória e os dizeres; ou seja, um processo de retomada e reformulação dos discursos. De acordo com Orlandi (2012), a memória

tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2012, p. 31)

O interdiscurso, conforme pontua a autora, refere-se a dizeres, formulações realizadas; porém, esquecidas, que determinam, de forma inconsciente, os dizeres dos sujeitos. O sujeito, diante disso, “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa; e a “marca do inconsciente como ‘discurso de Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’ que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’.” (PÊCHEUX, 1995).

O sujeito, ante o exposto, afetado inconscientemente pela memória discursiva, funciona discursivamente a partir das tomadas de posição; e, os sentidos, por sua vez, são construídos a partir da inscrição em determinada formação discursiva e das

ideologias que atravessam os sujeitos. Destarte, conforme discutimos anteriormente, o sentido, para a AD, não é transparente, e os efeitos de sentido sofrem determinações das condições de produção engendradas no discurso.

Dessa forma, salientamos que as materialidades discursivas tomadas para esta análise são veiculadas no meio digital, sob as condições de produção da digitabilidade. O digital, segundo Dias (2016, p. 18), “é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria.” Ademais, conforme afirma Cortes (2015, p. 27), “a concepção do virtual vai além de seus aspectos tecnológicos, pois sua constituição também envolve o espaço físico e o discursivo, sendo este pensado articuladamente à história, afetado pela exterioridade.”

Em virtude da expansão e da importância do meio digital nas formas de comunicação e, conseqüentemente, nas relações interpessoais, faz-se pertinente a discussão sobre a constituição dos sujeitos e dos sentidos nesse ambiente virtual. De acordo com Dias (2016), o digital provocou uma mudança na discursividade do mundo e nas relações históricas. Para a autora, nas diferentes esferas sociais, nos afetos, trabalhos, ciências, dentre outras, existem derivas para outros lugares de significação, os quais produzem novos sentidos na relação entre o novo e o diferente. Nesse contexto, é preciso considerar a historicidade, ou seja, a memória, a relação da língua com a história que atravessam as materialidades digitais.

O discurso no meio digital, conforme argumenta Dias (2016), deve ser trabalhado como um objeto teórico que produz efeitos no mundo; logo, para a Análise do Discurso “o digital é um campo de discursividades constitutivo do espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria.” (DIAS, 2016, p. 18).

A Análise do Discurso, nesse contexto, suscita e problematiza questões relacionadas ao digital; questiona as evidências de sentidos e considera os diferentes aspectos que atravessam esse ambiente, a produção e circulação dos sentidos, tais como a dimensão epistemológica, discursiva e histórica. (DIAS, 2016).

Nessa linha de pensamento, na próxima seção, apresentamos alguns gestos de análise de materialidades da e relacionadas à BNCC inscritas no ambiente digital, considerando os pressupostos teóricos discutidos nesta seção.

2 Base Nacional Comum Curricular (BNCC): gestos de análise

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo, apresentado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) como uma referência nacional para a elaboração de currículos das unidades escolares na esfera nacional, abrangendo as redes estaduais e particulares de ensino da Educação Básica. O referido documento propõe

contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018, p. 8)

O documento, por conseguinte, produz o efeito de sentido de se constituir como uma oportunidade de propiciar o desenvolvimento de todos os discentes de forma igualitária na educação básica do país. Nesse sentido, o mesmo é organizado a partir de dez competências, classificadas como gerais e que devem nortear o âmbito pedagógico das três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A BNCC é, dessa maneira, organizada a partir de competências e, como afirmamos anteriormente, possui um caráter normativo; nela há atravessamentos de diversas formações discursivas, como por exemplo, formação discursiva governamental, pedagógica, jurídica, neoliberal, dentre outras; articularemos os efeitos de sentido produzidos nas materialidades discursivas analisadas às relações com as FDs envolvidas.

O nosso *corpus* é constituído por três materialidades discursivas inscritas em mídias digitais, a saber: dois fragmentos da BNCC³, além de um bloco de seis comentários realizados por usuários do *Youtube*, sobre um vídeo que apresenta as competências da BNCC. No intuito de enriquecer o debate, trazemos dois trechos de uma reportagem da revista Exame, publicada em 2018, que mostram dados estatísticos acerca da questão da desigualdade social no Brasil.

Nessa conjuntura, refletir sobre o discurso no âmbito digital, implica, de acordo com Dias (2018, p. 27), compreender a exterioridade que o constitui, é preciso pensar

³ Os trechos foram retirados do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) disponível no site do Ministério da Educação (MEC): <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

sobre “as relações e os meios de produção capitalista, os processos da constituição de sentidos e suas condições de produção, mas também a formulação e a circulação desse discurso.”; as materialidades, conseqüentemente, são atravessadas pelas condições de produção do digital, pela exterioridade e afetam a produção dos sentidos.

Ressaltamos que os recortes mencionados para a análise são concebidos neste trabalho como materialidades discursivas, onde funcionam os ditos e não-ditos, pois os sentidos não estão dados, no nível da neutralidade e transparência; pelo contrário, o discurso funciona sob as tensões da memória, da ideologia; sendo a língua, materialidade do discurso, o lugar da falha e do equívoco, da não evidência e da heterogeneidade.

A primeira sequência discursiva (SD) refere-se a um trecho da BNCC apresentado na introdução do referido documento:

SD1: “Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos.” (BRASIL, 2018, p. 5.)

Na SD1 acima, observamos um funcionamento discursivo de garantia de aprendizagens a todos os estudantes brasileiros, sem considerar as especificidades dos discentes e das escolas e os diversos problemas sociais que interferem no processo ensino-aprendizagem, como por exemplo, desigualdades sociais, condições precárias das escolas, ausência de investimentos, dentre outros. Dessa forma, esse dito sobre “garantia” é atravessado pelos não-ditos sobre a realidade social e da educação no país.

Considerando que a BNCC é atravessada pelo discurso pedagógico (DP), o qual, de acordo com Orlandi (2006), é um discurso autoritário, podemos afirmar que esse efeito de sentido de “garantia” é uma característica desse discurso que é definido como

um discurso circular, isto é, um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola. O fato de estar vinculado à escola, a uma instituição, portanto, faz o DP aquilo que ele é, e o mostra (revela) em sua função. (ORLANDI, 2006, p. 28)

O DP, de acordo com a autora, é caracterizado pela circularidade, por trabalhar na dissimulação da transparência da linguagem para manter uma regularidade social; assim “o DP se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade.” (ORLANDI, 2006, p. 28).

Esse funcionamento discursivo do efeito-sentido de garantia é produzido também a partir de outros vocábulos utilizados no trecho, tais como “aprendizagens essenciais”, “concretização” e “continuidade dos estudos”. Logo, funciona também um efeito de sentido de determinação daquilo que é “essencial” para todos sem distinção, e, por fim, sentido de “desenvolvimento integral” como se fosse possível alcançar essa totalidade, essa completude. Materializa-se, em vista disso, o sentido de que a Base permitirá a todos os alunos a continuidade nos estudos e realização pessoal e profissional.

Para Pfeiffer e Grigoletto (2018, p.16), na BNCC se produz o efeito de “evidência da igualdade e da justiça social, na evidência de todos podem e escolhem o que querem”. O discurso pedagógico, nessa perspectiva, conforme defende Guimarães (2007), está imbricado às relações de poder; e a escola, enquanto um aparelho ideológico do Estado, é um espaço de reprodução social. Afirma ainda que historicamente “os alunos provenientes das classes dominadas, ao ingressar na escola, defrontam-se com padrões culturais que não são os seus (...); sofrem um processo de marginalização cultural.” Esse processo de marginalização, segundo a autora, leva o aluno “ao fracasso, não por serem deficientes, mas por serem diferentes.” (GUIMARÃES, 2007, p. 99)

Nessa direção, historicamente, as desigualdades sociais estão intrínsecas ao processo educacional, e a escola, por sua vez, mantém e perpetua “a estrutura social, a discriminação, garantindo, pois, a hegemonia da classe dominante” (GUIMARÃES, 2007, p. 99). Isto posto, os efeitos discursivos sobre igualdade de direito nos documentos pedagógicos, de forma específica na BNCC, são produzidos pelo viés da transparência da linguagem, simulacros e pelo recobrimento das significações.

Podemos perceber esse efeito de sentido de garantia de aprendizagens e igualdade de direitos em outro trecho da BNCC, conforme sequência discursiva abaixo:

SD2: No Ensino Médio, os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos.

Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural. (BRASIL, 2018, p. 481, grifos nossos).

Na sequência discursiva acima, percebemos um efeito de sentido de relação entre educação e mercado de trabalho. Conforme Pfeiffer (2010, p. 86) afirma, “o vínculo construído de ‘modo natural’ entre ensino e o trabalho é regularmente produzido, por meio das leis, das políticas de modo geral e pelas teorias que ascendem e acenam ao Estado.” Em outros trechos da BNCC há retomadas ao discurso mercadológico, como por exemplo, afirmação de que as competências a serem desenvolvidas no ensino devem promover, também, a inserção no mercado de trabalho; a “participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho do entretenimento (...)” (BRASIL, 2018, p. 486, grifos nossos.).

Nesse sentido, o discurso da BNCC é determinado por uma formação discursiva neoliberalista. De acordo com Marrach (1996),

o discurso neoliberal insiste no papel estratégico da educação para a preparação da mão-de-obra para o mercado. Mas não se pode esquecer que o neoliberalismo torna-se hegemônico num momento em que a revolução tecnológica impõe o desemprego estrutural. (MARRACH, 1996, p. 53).

O discurso da BNCC, portanto, estabelece uma relação parafrástica com o já-dito do discurso neoliberal; há a preocupação no documento em formar o aluno para o mercado de trabalho, para acompanhar o desenvolvimento tecnológico⁴. De acordo com Orlandi (2012, p. 36), a paráfrase representa “o retorno aos mesmos espaços de dizer sedimentado [...] está do lado da estabilização”. Há, dessa maneira, um jogo de forças instaurado no discurso da BNCC com efeito de sentidos neoliberalistas e com uma

⁴ Uma das dez competências gerais para a educação, a quinta de forma específica, refere-se à tecnologia, a qual consiste em: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BRASIL, 2018, p. 9)

posição-sujeito de homogeneização da educação, que silencia as desigualdades sociais e os problemas educacionais do país.

Nesse cenário, esse funcionamento discursivo sobre igualdade, desenvolvimento e mercado de trabalho, em contrapartida, silencia outros sentidos, como por exemplo, a impossibilidade de muitos alunos, devido à situação socioeconômica, terem acesso ao desenvolvimento tecnológico, o fato de que a própria tecnologia diminui o espaço para a mão de obra humana; a grande concorrência pela procura de empregos e a pequena oferta de vagas; a dificuldade enfrentada por muitos alunos, de classes menos favorecidas, em poder escolher, de fato, a profissão que almejam, dentre outras. Acerca dessa relação entre a BNCC e o mercado de trabalho, Nogueira e Dias (2018) afirmam que

diferente do que se denomina enquanto um processo de democratização ou de redemocratização do ensino pela promoção da igualdade e da unidade nacional, estamos assistindo a um processo de (re)massificação nas políticas públicas de ensino de uma sociedade neoliberal mercado-lógica em que as artes mecânicas passam a ser artes automatizadas e os sujeitos do conhecimento individualizados enquanto usuários do conhecimento (tomado enquanto informação) capacitados para operar x atividade. (NOGUEIRA e DIAS, 2018, p. 42).

As autoras defendem que o discurso sobre as competências a serem desenvolvidas no aluno são redutoras e limitam-se, sobretudo, às finalidades do mercado de trabalho; sendo, portanto, competências utilitaristas que servem a projetos político-econômicos determinados pela formação discursiva neoliberal; assim “o discurso das competências parece ser sedutor para trabalhar na evidência de sentido de uma educação supostamente democrática.” (NOGUEIRA E DIAS, 2018, p. 45)

Funciona também na SD2, discursivamente, efeitos de padronização dos estudantes, devido ao fato de se encontrarem na mesma idade e período escolar, como se tivessem características, dúvidas e anseios homogeneizados; os anseios, nesse caso, referem-se, principalmente, ao mercado de trabalho. Nesse sentido, ao afirmar que os alunos estão “vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos” e que nessa faixa etária “os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural” (BRASIL, 2018, p. 481), sob a transparência da linguagem, funciona um efeito de que há inclusão e acesso aos bens culturais por todos os jovens, mas tal efeito não se sustenta, considerando as

contradições e desigualdades sociais. Esse efeito de respeito à diversidade e inclusão social e cultural pode ser percebido também na discursivização sobre igualdade e direito de escolha, como se todos os alunos tivessem oportunidade de concluir os estudos, escolher e seguir na profissão que almeja, funcionando um efeito ideológico já que o jovem nem sempre pode escolher a sua profissão tendo em vista as desigualdades sociais.

Pfeiffer e Grigoletto (2018, p.11), afirmam, nesse contexto, que “o sentido aparentemente estabilizado na ‘evidência’ de formulações sobre a oportunidade de escolha do estudante desliza e deixa ver a equivocidade da fórmula X poderá escolher.” Há, desse modo, um silenciamento que atravessa esse discurso estatal sobre as condições que deveriam ser asseguradas ao jovem estudante pelo governo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, permite refletir que esse efeito de sentido de igualdade de direitos que atravessa a BNCC, na prática, não se consolida, conforme podemos observar nos dados abaixo publicados pela revista Exame:

Figura 1 - Dados estatísticos relacionados ao trabalho e renda de pretos e brancos

The image is a screenshot of a web article from the website 'exame.abril.com.br'. The article is titled 'Trabalho e renda' and discusses income inequality in Brazil. The text is as follows:

exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/

EXAME Argentina Óleo no Nordeste Previdência Revista Newsletter

Trabalho e renda

A PNAD Contínua de 2017 mostra que há forte desigualdade na renda média do trabalho: R\$ 1.570 para negros, R\$ 1.606 para pardos e R\$ 2.814 para brancos.

O desemprego também é fator de desigualdade: a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2018 registrou um desemprego mais alto entre pardos (13,8%) e pretos (14,6%) do que na média da população (11,9%).

Dados também da PNAD só que mais antigos, de 2015, mostram que apesar dos negros e pardos representarem 54% da população na época, a sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%.

Já no grupo do 1% mais rico da população, a porcentagem de negros e pardos era de apenas 17,8%. Veja no gráfico:

Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>

Figura 2 - Dados estatísticos relacionados à educação de pretos e brancos

exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/

EXAME Argentina Óleo no Nordeste Previdência Revista Newsletter

Dados também de 2015 mostram outra diferença: a informalidade atingia 48,3% da população negra contra 34,2% da população branca.

Educação

A taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre pretos e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%), de acordo com a PNAD Contínua de 2016.

Quando se fala no acesso ao ensino superior, a coisa se inverte: de acordo com a PNAD Contínua de 2017, a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tem ensino superior completo é de 22,9%. É mais que o dobro da porcentagem de pretos e pardos com diploma: 9,3%.

Já a média de anos de estudo para pessoas de 15 anos ou mais é de 8,7 anos para pretos e pardos e de 10,3 anos para brancos.

Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>

Os dados apresentados acima - obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, em 2015 e 2017, e divulgados pela revista Exame - discorrem sobre diferenças significativas entre as condições sociais de pretos e brancos na sociedade, em diferentes setores da sociedade, principalmente alguns setores mencionados pela BNCC, como por exemplo, trabalho, educação e renda, conforme trechos “há forte desigualdade na renda média do trabalho”; “o desemprego também é fator de desigualdade”; “quando se fala em ensino superior (...) a porcentagem de brancos (...) é mais que o dobro de pretos e pardos com diploma.”

Dessa forma, no dito da BNCC, segundo o qual, é possível desenvolvimentos e êxitos pessoais e profissionais homogêneos, sem distinção, funcionam os não-ditos ou silenciamentos acerca das desigualdades raciais, de gênero e econômicas que interferem na aprendizagem dos discentes e na escolha profissional.

Essas discussões remetem-nos à afirmação de Nogueira e Dias (2018, p. 34) de que “o léxico do consenso apaga, ou seja, ignora deliberadamente os problemas econômicos, sociais e políticos, ao mesmo tempo que promete resolvê-los.” Nos ditos da BNCC encontramos itens lexicais como: “igualdade”, “equidade”, “autonomia”, dentre outros que materializam o efeito de sentido de que o ensino, ao seguir as diretrizes do documento, é capaz de garantir esse desenvolvimento aos discentes.

Conforme afirma Orlandi (2014), em se tratando dos sentidos das políticas públicas, há uma tentativa de recobrimento de significações. Os sentidos, portanto, não estão dados, no nível da neutralidade e transparência; pelo contrário, o discurso na BNCC constitui-se como o lugar da equivocidade, da movimentação dos sentidos, do silenciamentíssimo. Isso posto, na perspectiva da evidência da linguagem, o documento produz efeito de respeito às diferenças, inclusão e igualdade; mas na prática, é excludente.

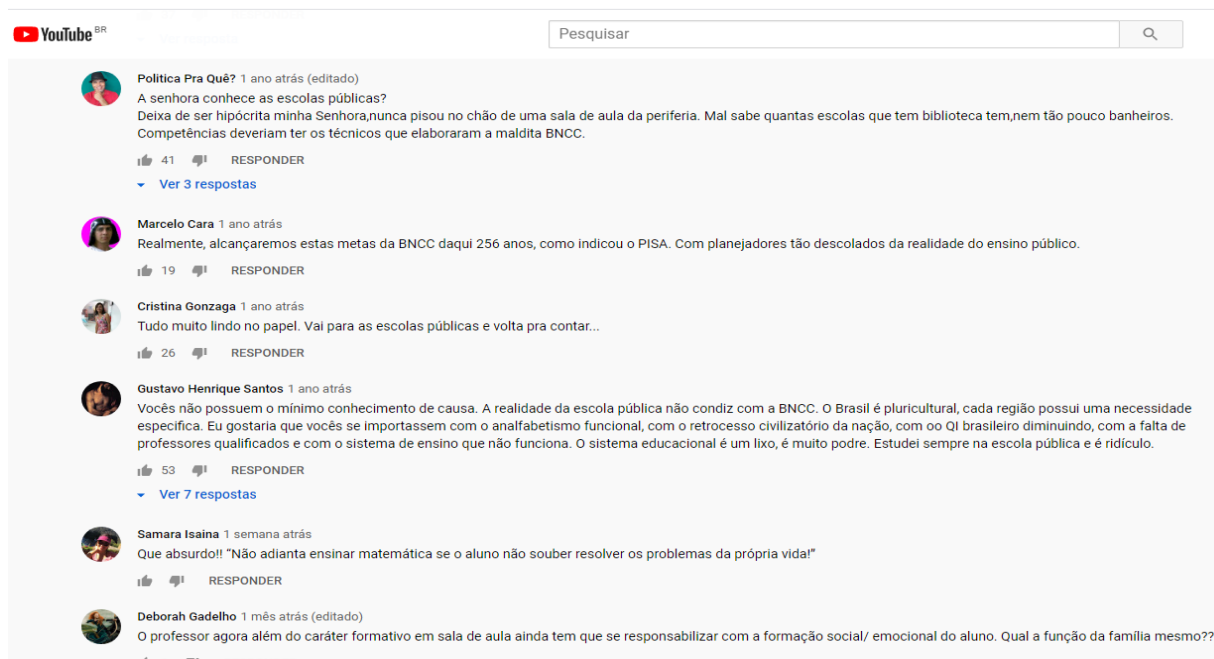
Nessa linha de pensamento, Orlandi (2016), ao refletir sobre a educação e sobre o discurso pedagógico, afirma que a educação deve prezar pela formação dos sujeitos e não a capacitação, em suas palavras,

nossa posição (...) ao propor a formação dos sujeitos, visa não reproduzir o discurso da inclusão, que objetiva transformar o dominado, o excluído, para adequá-lo às formas dominantes seja da cultura, seja do conhecimento, seja da classe social, através da sua capacitação, que resulta de treinamento. Formação, conhecimento, transformação e ruptura, pensamos, devem vir juntos. (ORLANDI, 2016, p. 74-75).

De acordo com a autora, o discurso pedagógico trabalha com capacitação. Desse modo, funciona um jogo ideológico na BNCC, o qual, de acordo com Orlandi (2006, p. 32) “está na dissimulação dos efeitos de sentido sob a forma de informação, de um sentido único.” Esse funcionamento discursivo de sentido único, relacionado à inclusão e igualdade, instaurou um confronto de posições-sujeito na seção de comentários acerca de um vídeo publicado no site Youtube intitulado “As competências gerais da BNCC”⁵, conforme abaixo:

⁵ No vídeo há uma explicação sobre as competências gerais da BNCC; as quais se relacionam com os efeitos de sentidos apresentados acima nas materialidades discursivas do referido documento. Não apresentamos o vídeo aqui, porque o nosso interesse para análise são os comentários sobre o vídeo que dialogam com a discussão apresentada sobre os efeitos de sentidos da BNCC. O vídeo completo está disponível no canal “Movimento pela Base Nacional Comum”: <https://www.youtube.com/watch?v=-wtxWfCI6gk>

SD3: Materialidade constituída de um *print* de seis comentários acerca do vídeo intitulado “As competências gerais da BNCC”⁶



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-wtxWfCI6gk>

Os seis comentários acima dizem respeito ao vídeo intitulado “As competências gerais da BNCC”, publicado em 27 de fevereiro de 2018, no canal oficial do Movimento pela Base Nacional Comum⁷ na plataforma do Youtube.

Percebemos, nos comentários acima, discursos de contestação aos efeitos de sentidos que funcionam na BNCC e que foram discutidos no decorrer deste trabalho, dentre esses comentários, citamos por exemplo os trechos: “tudo muito lindo no papel. Vai para as escolas públicas e volta para contar” (comentário 3 – CZ); “que absurdo” (comentário 5 - SI); “alcançaremos essas metas da BNCC daqui a 256 anos (comentário 2 – MC)”; “o professor agora (...) tem que se responsabilizar com a formação social/emocional do aluno. Qual a função da família mesmo?” (comentário 6 – DG).

Dentre esses comentários disponíveis na SD3, destacamos o primeiro e o quarto. No primeiro comentário, funciona um discurso de resistência, conforme os trechos:

⁶ Os comentários serão retomados na análise numericamente, pela ordem em que aparecem no print; e os leitores e comentaristas do vídeo, por sua vez, serão indicados pelas iniciais dos nomes.

⁷ O Movimento pela Base Nacional Comum, de acordo com a Fundação Lemann, “é um grupo plural e suprapartidário, formado por 65 pessoas físicas e 11 instituições que trabalham pela educação brasileira.”; disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/projetos/apoio-a-base-nacional-comum-curricular>.

(PPQ)⁸ “A Sra conhece as escolas públicas? Deixa de ser hipócrita (...) mal sabe quantas escolas que tem biblioteca, (...) banheiros. Competências deveriam ter os técnicos que elaboraram a maldita BNCC.”

Verificamos nesse comentário, assim como nos demais, uma posição-sujeito de contra-identificação com o discurso da BNCC, cujo discurso funciona com efeitos de apagamento das condições reais de funcionamento das escolas públicas brasileiras. No discurso inscrito nos comentários funciona a contestação dos sentidos do discurso da BNCC, que silencia as condições precárias das escolas e do trabalho dos professores, as desigualdades sociais, como já salientado.

Nesse caso, os não ditos da BNCC funcionam no discurso dos comentários digitais; então, instaura-se aí a equívocidade, os deslizamentos de sentidos, já que os leitores, ao se inscrevem nas mídias digitais na condição de comentaristas, ocupam uma posição-sujeito de resistência ao discurso da BNCC, dando voz aos sentidos silenciados; logo, o espaço midiático constitui-se também como o lugar da resistência; um “espaço simbólico, marcado por contradições, por silenciamentos, por múltiplas vozes (algumas anônimas, outras não) que se (con)fundem numa trama de sentidos” (GRIGOLETTO, 2011, p. 53).

Percebemos, nessa conjuntura, que quando os dizeres de refutação são materializados nos comentários sobre a BNCC, há a instauração de conflito, tensão e, principalmente, de deslize e recobrimento de sentidos; conforme Pêcheux (1995) afirma, não há dominação sem resistência, ninguém pode pensar do lugar do outro, pois, em suas palavras é preciso “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo.”

O quarto comentário, do leitor GRS, também materializa um discurso de contestação ao afirmar “vocês não possuem o conhecimento mínimo de causa. A realidade da escola pública não condiz com a BNCC.”; instaura-se, dessa forma, um efeito de sentido de distanciamento entre o discurso da BNCC e a realidade do ensino, conforme discutimos na SD1. Nesse comentário, materializa-se ainda sentidos de que o sistema de ensino não funciona, que o Brasil é pluricultural e que cada região tem necessidades diferenciadas; funciona, nesse último trecho, efeitos de confronto aos sentidos de homogeneização da realidade social e educacional materializados no discurso da BNCC.

⁸ Optamos aqui por apresentar somente as iniciais dos sujeitos comentaristas do Youtube.

Entretanto, em conformidade ao que discutimos anteriormente, ao contrário dos ditos da BNCC, não há homogeneidade de aprendizagem, interesses e condições sociais para o desenvolvimento; mas sim, heterogeneidade em diversos aspectos; somente no tangente aos alunos, por exemplo, destacamos: distinções de gênero, raça, condições financeiras e sociais, além dos próprios anseios individuais que podem sofrer alterações, conforme as regiões do país, realidades e necessidades específicas de cada um.

Por conseguinte, no discurso dos comentários funcionam posições-sujeito de contra-identificação à FD pedagógica que determina os ditos e não ditos da BNCC; instaura-se a resistência ao discurso pedagógico, pois, conforme afirma Orlandi (2006, p. 32) “uma forma de interferir no caráter autoritário do DP é questionar os seus implícitos, o seu caráter informativo, sua ‘unidade’ e atingir seus efeitos de sentido.”

Considerações finais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) materializa o discurso pedagógico e sofre atravessamentos do discurso jurídico, dado o seu caráter normativo. A BNCC, conforme vimos, é afetada por diferentes formações discursivas, como por exemplo, FD pedagógica, FD governamental, FD neoliberal, FD jurídica, além da FD midiática. É, portanto, uma trama discursiva marcada por relações de poder.

Esse documento discursiviza os discentes com efeitos de sentido de homogeneização social e cultural; ademais, sob o efeito da transparência da linguagem, o discurso da BNCC produz sentidos de igualdade de direitos e garantia de aprendizagens para todos; todavia, o discurso silencia as condições de funcionamento das escolas e as desigualdades sociais.

Conforme vimos, o discurso inscrito na seção de comentários digitais, acerca das postagens sobre a BNCC, materializa sentidos de contestação e resistência, ou seja, os leitores, na relação com a FD da norma pedagógica que rege a BNCC, ocupam a posição-sujeito de resistência discursiva. Os leitores se subjetivam em uma posição de questionamentos sobre os efeitos de sentidos de garantia, igualdade de direito e eficiência das recomendações do documento em um país com situação educacional tão diversa e com problemas sociais relacionados à desigualdade e falta de investimentos do governo; conforme afirma Orlandi (2016)

embora a educação seja um argumento sempre presente em campanhas políticas e em discursos do governo, para mostrar que trabalham em política social, sabemos que não há projetos, nem investimentos reais suficientes para a educação social. Neste sentido, podemos dizer que o estado falha, produzindo a falta, que estigmatiza os sujeitos que são atingidos por ela. (ORLANDI, 2016, p. 70)

Ante o exposto, podemos afirmar que funciona na BNCC, na transparência dos sentidos, efeitos de real preocupação com a aprendizagem dos discentes; no entanto, o documento materializa um jogo de interesses pela manutenção da realidade social de desigualdade, pois o discurso sofre determinações do discurso da educação mercadológica que visa atender aos interesses neoliberalistas.

De acordo com Orlandi (2016), o discurso pedagógico deve ser aberto à incompletude, ao equívoco e à historicidade para que possibilite a descoberta e a invenção na constituição dos sujeitos e dos sentidos relacionados a sua formação.

Vimos na rede midiática digital, por exemplo, por meio dos comentários (SD3) acerca do discurso sobre as competências no vídeo do Youtube - o qual retoma o efeito de sentido de homogeneização dos trechos da BNCC divulgados no site do MEC (SD 1 e SD 2) - o funcionamento de um espaço de tensão e equivocidade, pela inscrição de posições-sujeito de contestação e resistência ao discurso da BNCC.

Desse modo, conforme buscamos mostrar nesta análise, o discurso digital intervém na produção de sentidos e instaura contínuos embates ideológicos, em uma tensa movimentação entre a estabilização dos já-ditos e a desregulação e deslizamentos de sentidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf)

[content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf) . Acesso em 30 de jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf Acesso em: 10 jan. 2019.

CAZARIN, Ercília Ana. **A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito.**

Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 14 ago 2019.

CORTES, Gerenice de Oliveira. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica.** 2015. 268f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: Edufscar, 2009.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n.2, 2016, p. 8-20.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo.** Campinas: Pontes Editores, 2018.

FERNANDES, Carolina; VINHAS Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: _____. Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans de Nardi; Carme Regina Schons (Org.). **Discursos em rede: práticas (re) produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço.** Recife, PE: Editora Universitária- UFPE, 2011, p. 47-78.

GUIMARAES, Elisa. Relações de poder no discurso pedagógico/didático. **Leitura**. Maceió, n.40. p. 93-104. Ju/Dez, 2007.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; CAZARIN, Ercília; GRIGOLETTO, Evandra. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias - Sujeito e língua**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da língua na análise do discurso. **Revista Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 17, n. 35, 2003.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Luciana; DIAS, Juciele Pereira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sentidos em disputa na lógica das competências. **Revista Investigações**. Vol. 31, n. 2, dezembro/2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. Ed. Editora Pontes: São Paulo, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 10ª ed. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista ALED**, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: Ferreira, Eliana Lucia; Orlandi, Eni. (Orgs.) **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertextos, 2014.

PÊCHEUX, Michael. Discurso e Ideologia(s). In. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PFEIFFER, Cláudia Castellanos. Políticas Públicas de Ensino. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discursos e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: Editora RG, 2010.

PFEIFFER, Cláudia; GRIGOLETTO, Marisa. Reforma do Ensino Médio e BNCC – Divisões, Disputas e Interdições de Sentidos. **Revista Investigações**. Vol. 31, n. 2, dezembro, 2018.